

TEXTO PARA DISCUSSÃO

N° 91

**Monitoramento do
processo de
integração do
Cone Sul.
Acompanhamento
trimestral
(N° 2)**

**João Bosco M.
Machado**

Maio de 1994

Monitoramento do processo de integração do Mercosul

Acompanhamento Trimestral N° 2

João Bosco M. Machado*

Maio de 1994

APOIO EXCLUSIVO: BANCO DO BRASIL

* Pesquisador associado da FUNCEX e professor do Departamento de Economia da UFRJ.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	3
II. INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESEMPENHO MACROECONÔMICO: IMPACTOS SOBRE O FLUXO DE COMÉRCIO	3
III. NAFTA E ALCSA: RISCOS PARA O MERCOSUL	8
IV. HARMONIZAÇÃO DA POLÍTICA COMERCIAL	9
Tarifa externa comum e regras de origem	10
Áreas aduaneiras especiais	12
Regulamentos contra práticas desleais de comércio	12
V. O PLANO DE ESTABILIZAÇÃO BRASILEIRO: IMPACTOS SOBRE A INTEGRAÇÃO	13
ANEXO ESTATÍSTICO	15

I. Introdução

Este é o segundo relatório trimestral do **Monitoramento do Processo de Integração do Cone Sul**, do **Projeto Parceria: Medidas para Incentivar o Comércio Exterior**, coordenado pela FUNCEX e executado com apoio de empresas e instituições com atuação na área internacional. Diferentemente do primeiro relatório que se dedicou em boa parte a apresentar uma retrospectiva do processo de negociação, este relatório procura:

- ✓ Avaliar os impactos da integração em termos do comportamento das correntes de comércio entre o Brasil e os demais sócios do Mercosul;
- ✓ Focalizar as forças centrífugas que atuam sobre o Mercosul, em especial o Nafta e a proposta brasileira para formação de uma zona de livre comércio sul-americana;
- ✓ Avaliar a evolução das negociações em torno da harmonização dos instrumentos da política comercial; e
- ✓ Avaliar os efeitos da implementação da 3a. etapa do plano de estabilização brasileiro em termos das perspectivas de evolução da integração no Mercosul.

II. Integração regional e desempenho macroeconômico: impactos sobre o fluxo de comércio

A evolução das variáveis macroeconômicas dos países do Mercosul, em especial dos dois principais países – Brasil e Argentina, tem sido estruturalmente o fator relevante na determinação do comportamento da corrente de comércio intra-regional. Basicamente, dois fatores explicam o comportamento das correntes de comércio entre o Brasil e o Mercosul e a evolução do saldo da balança comercial brasileira com os países da região: o comportamento das taxas reais de câmbio e das taxas de crescimento do PIB. Um breve retrospecto histórico permite constatar que a corrente de comércio entre Brasil e Argentina cresceu aproximadamente 444% até 1993 desde o estabelecimento dos primeiros acordos entre os dois países em 1986. Após a assinatura do Tratado de Assunção em 1991 – que integrou o Paraguai e o Uruguai ao Mercosul – a corrente de comércio entre o Brasil e os países da região saltou de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 8,7 bilhões.

Parece, entretanto, não haver dúvida de que, nos anos recentes, o incremento da corrente de comércio passou a ser crescentemente influenciado pela variável "integração". A partir da assinatura do Tratado de Assunção, a liberalização do comércio intra-regional vêm sendo patrocinada pelo programa de desgravação linear, automática e universal das tarifas, em operação desde 1991. A operação deste mecanismo passou a ser desde então o eixo que dirige o processo de integração. O objetivo é alcançar a tarifa zero em dezembro de 1994 por intermédio da ampliação gradual das margens de preferência. Atualmente, as margens de preferência estão em 82%. A partir de julho de 1994, as margens de preferência atingirão 89%. Em 1991, o

Brasil e a Argentina assumiram a obrigação de reduzir até 1994 as listas de exceção¹ de produtos considerados sensíveis e, portanto, não submetidos ao processo de desgravação automática. O Paraguai e o Uruguai seguem um cronograma menos apertado devendo eliminar os últimos 20% de suas listas de exceção apenas em 1995. Dado os níveis tarifários praticados pelos países, pode-se considerar que hoje as barreiras tarifárias ao comércio regional são praticamente residuais. Em certo sentido, a liberalização do comércio intra-regional deve ser analisada no contexto mais amplo da abertura comercial empreendida pelos países a partir dos últimos anos da década de 1980. Como uma extensão natural deste processo, a integração no Mercosul significa uma opção pela preferencialização do comércio no âmbito regional sem a criação de barreiras elevadas ao comércio com terceiros países.

Com a criação do programa de desgravação tarifária perdem relevância os acordos setoriais e o eixo da integração desloca-se para a "harmonização de políticas microeconômicas" – especialmente dos instrumentos da política comercial e industrial – que tendem a afetar mais diretamente a competitividade relativa dos países (ver seção IV).

Entre 1989 e 1991 o Brasil acumulou déficits comerciais com a Argentina e o Uruguai. Nestes anos a relativa valorização da taxa real de câmbio do cruzeiro em relação ao peso uruguaio e o austral (peso argentino) produziu um incremento das importações provenientes do Uruguai e da Argentina.

A partir de 1992 a situação inverteu-se e o Brasil vem obtendo superávits comerciais crescentes ano a ano, superando a marca de US\$ 2 bilhões em 1993.² Este comportamento favorável resulta da aceleração das taxas de crescimento econômico da Argentina (ver tabela 2) e da manutenção de uma paridade de troca favorável ao cruzeiro real. Conforme demonstra o gráfico 2, a taxa real de câmbio entre o peso e o cruzeiro real variou dentro de um intervalo máximo de 4 pontos percentuais – quando se toma como base o mês de março de 1991 – o que contraria a afirmação de que a paridade do poder de compra entre o peso e o cruzeiro real manteve-se favorável ao cruzeiro. Porém, o comportamento refletido nos dados dos gráficos 1 e 2 pode fornecer uma visão equivocada sobre o poder de compra da moeda argentina. Nos últimos três anos, a taxa de inflação argentina medida pelo índice de preços ao consumidor aponta uma inflação de aproximadamente 50%, cerca de 40 pontos percentuais mais elevada do que alta de preços registrada pelo IPA. Como o deflator usado para calcular a taxa real de câmbio foi o IPA e não o IPC, é possível afirmar com certeza que o peso argentino encontra-se

¹ Quando o Tratado de Assunção foi assinado em 1991, a Argentina tinha 393 produtos na lista de exceção, o Brasil 324, o Paraguai 439 e o Uruguai 690.

² Considerando somente janeiro de 1994, o déficit comercial da Argentina com seus parceiros internacionais alcançou a marca de US\$ 585 milhões, muito acima do US\$ 136 milhões de saldo negativo registrados no mesmo mês do ano passado. Em comparação com janeiro de 1993, as importações cresceram 47%, enquanto as exportações só cresceram 4,9%. Nos dois primeiros meses do ano, o saldo comercial brasileiro com a Argentina foi de US\$ 174 milhões, com exportações da ordem de US\$ 561 milhões (aumento de 17% em relação aos US\$ 479 milhões do primeiro bimestre do ano passado) e importações da ordem de US\$ 875 milhões (aumento de 12% em relação aos US\$ 345 milhões do primeiro bimestre do ano passado). O país com maior participação déficit comercial argentino são os Estados Unidos.

valorizado em relação ao cruzeiro real,³ mesmo se considerada uma defasagem cambial da ordem de 12% desta última moeda.⁴

De um ponto de vista mais abrangente, é possível afirmar que os desequilíbrios macroeconômicos entre os países – que se manifesta na ausência de convergência macroeconômica – ainda provocam tensões para o processo de integração e produzem "impactos heterogêneos" sobre os países afetando

Tabela 1
Intercâmbio comercial Brasil - Países do Mercosul

Em US\$ milhões

Ano	Argentina		Paraguai		Uruguai		Mercosul	
	Saldo	Corrente de comércio	Saldo	Corrente de comércio	Saldo	Corrente de comércio	Saldo	Corrente de comércio
1980	334,9	1.848,1	317,7	500,8	114,5	506,9	767,1	2.855,8
1985	79,4	1.017,1	226,9	376,6	0,3	280,4	306,6	1.674,1
1986	-58,7	1.415,3	139,2	439,5	-98,4	503,6	-17,8	2.358,4
1987	257,1	1.406,5	222,1	353,8	20,3	515,2	499,5	2.275,6
1988	272,3	1.686,5	224,6	459,3	7,9	635,5	504,6	2.781,3
1989	-516,9	1.961,1	-35,9	681,8	-261,4	930,7	-814,2	3.573,6
1990	-757,5	2.044,8	47,7	713,3	-292,5	881,7	-999,3	3.639,8
1991	-138,5	3.090,9	276,5	715,7	-97,0	771,2	40,9	4.577,7
1992	1.360,4	4.758,8	354,8	725,7	171,8	855,8	1.889,5	6.341,1
1993	1.033,1	6.290,1	715,9	1.260,7	344,1	1.205,7	2.093,0	8.756,3

Fonte: SECEX. Elaboração: própria. Nota: (*) valores acumulados janeiro-março.

Negativamente o desempenho comercial da Argentina e do Uruguai que procuram conferir sustentabilidade às políticas de estabilização macroeconômica através da criação de âncoras cambiais que produziram uma crescente valorização da taxa real de câmbio de suas moedas. Assim, o efeito positivo da desgravação automática da proteção sobre os fluxos de comércio são captados de forma assimétrica pelos países beneficiando o Brasil que tem conseguido aumentar constantemente a participação de suas exportações no comércio intra-regional graças à paridade favorável do cruzeiro real e à manutenção de taxas elevadas de crescimento econômico obtida pela Argentina a partir do êxito do programa de estabilização.

Não obstante estes obstáculos, as negociações entre Brasil e a Argentina têm avançado no sentido de ampliar os fluxos de comércio entre os dois países. No dia 04 de maio foi homologado pelo governo brasileiro o anexo do protocolo adicional do Acordo de Complementação Econômica no. 14 para o setor automotivo. O anexo define a programação de exportação de empresas e prevê, para 1994, exportações de 35.000 automóveis e 3.000 caminhões para cada um dos países sem incidência de tarifas. Para as

³ Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a desvalorização do cruzeiro real frente à cesta de moedas do MERCOSUL até fevereiro de 1994 é de 28,7% tomando com base dezembro de 1988.

⁴ Segundo cálculos da FUNCEX, publicados no Boletim de Câmbio.

partes e peças estão previstas exportações da ordem de US\$ 670 milhões e US\$ 570 milhões respectivamente para o Brasil e para a Argentina.

Tabela 2

Produto Interno Bruto dos países do Mercosul

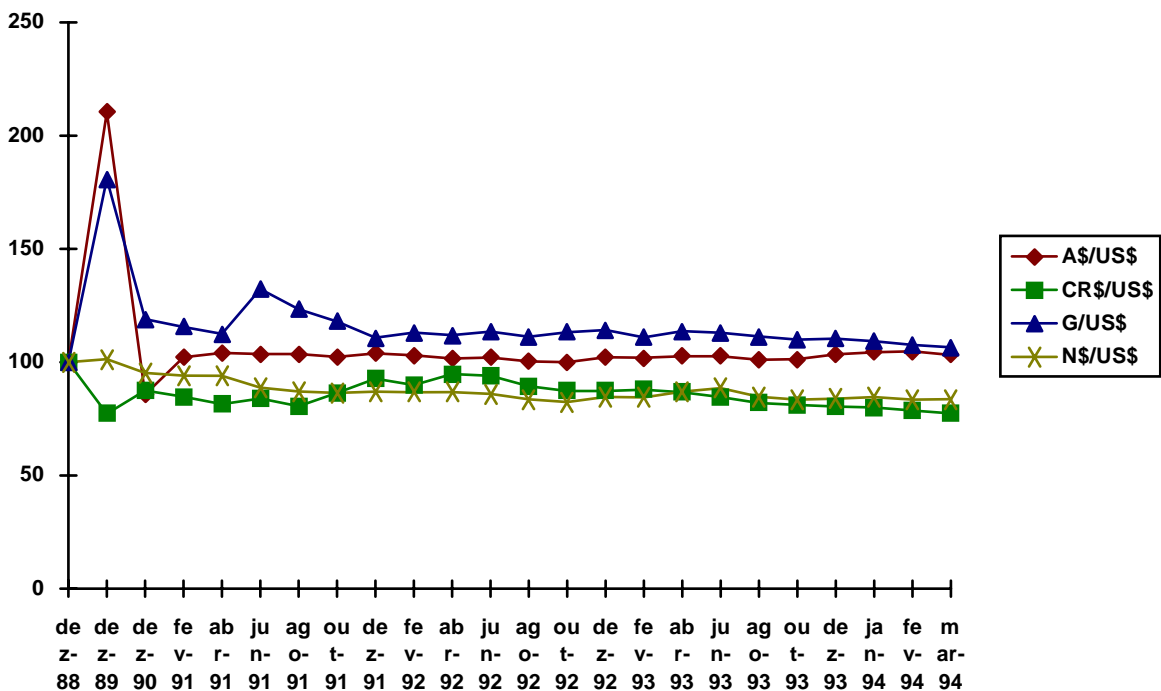
Países	PIB (em US\$ bilhões)	Taxa de crescimento (1988 = 100)
Argentina		
1988	91,5	100
1989	89,0	97,3
1990	88,5	96,7
1991	93,9	102,6
1992	102,1 e	111,6 e
1993	107,9 e	117,9 e
Brasil		
1988	371,4	100
1989	399,7	107,6
1990	398,0	107,2
1991	418,4	112,7
1992	424,8	114,4
1993	445,8	120,0
Paraguai		
1988	6,3	100
1989	6,9	109,5
1990	7,2	114,3
1991	7,4 e	117,5
1992	nd	nd
1993	nd	nd
Uruguai		
1988	9,2	100
1989	9,6	104,4
1990	9,6	104,4
1991	9,6	104,4
1992	10,4 e	113,0
1993	nd	nd

Fonte: América Latina e Caribe Principais Indicadores Econômicos.
Nota: nd = não disponível; e = estimativa.

Nos três primeiros meses deste ano, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram 10,9%, quando comparado com o mesmo período do ano de 1993, atingindo valores acumulados da ordem de US\$ 891 milhões. Os principais produtos exportados são materiais de transporte, autopeças e produtos petroquímicos.⁵

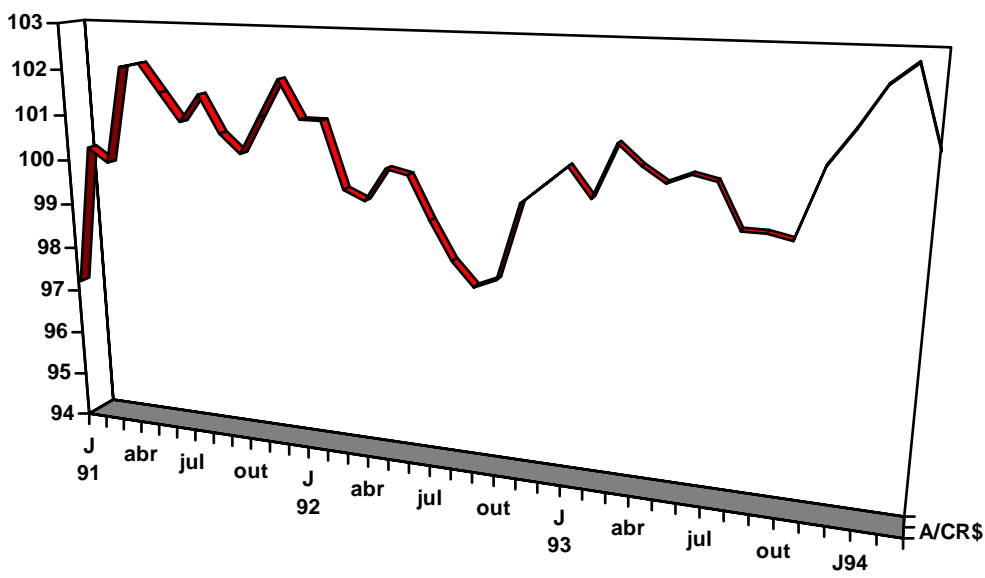
⁵ No anexo estatístico são apresentados os principais produtos da pauta de exportação brasileira para os países do Mercosul. Os dados comparam, produto a produto o desempenho das exportações de janeiro a março de 1994 com o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 1
Taxas Reais de Câmbio* - Países do Mercosul (1988 = 100)



Fonte: FUNCEX. Nota: (*) calculada a partir da relação entre os IPA's dos 4 países.

Gráfico 2
Taxa Real de Câmbio Argentina - Brasil (março 1991 = 100)



Fonte: FUNCEX. Nota: (*) calculada a partir da relação entre os IPA's dos países.

III. Nafta e ALCSA: riscos para o Mercosul

Dois eventos têm operado .como forças centrífugas em relação ao Mercosul: a criação do Nafta e a proposta brasileira de criação de uma zona de livre comércio sul americana. Com maior ou menor intensidade, estes fatores funcionam como elementos de atração para alguns países da região que buscam ampliar e diferenciar seus canais de inserção no comércio internacional e/ou para os que avaliam como elevados os custos da adesão ao projeto Mercosul.

Não obstante a decisão dos quatro países do Mercosul de empreenderem conversações em bloco com os Estados Unidos caso avancem as negociações para a constituição de uma zona de livre comércio hemisférica, a Argentina tem manifestado em várias oportunidades desejo de promover uma rápida aproximação de sua economia com a dos Estados Unidos à revelia de iniciativas em bloco deliberadas no plano regional. Esta postura decorre do questionamento quanto à funcionalidade do processo – dado que sobre a Argentina recaem os custos da atual assimetria macroeconômica entre os países do Mercosul (Relatório de Monitoramento do Processo de Integração no Cone Sul, março de 1994) – e, portanto, da descrença de alguns grupos econômicos em relação aos benefícios (e aos custos) econômicos do Mercosul o que acaba por conferir respaldo interno a alguns segmentos do governo que defendem prioritariamente o estabelecimento de canais de conversações para a constituição de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, independente da possibilidade de êxito de qualquer iniciativa em bloco de caráter regional⁶ e do avanço das negociações no Mercosul.

A disposição demonstrada diversas vezes pelo governo argentino de empreender conversações com os Estados Unidos para uma futura adesão ao Nafta, sem considerar a hipótese de uma aproximação coletiva dos países do Mercosul, pode ser constatada pelo recente incidente envolvendo os Estados Unidos e a Argentina relativo à aplicação da lei de propriedade intelectual por este último país. O governo americano ameaçou adotar sanções contra a Argentina em razão da falta de proteção conferida pela atual legislação argentina às patentes de medicamentos, especificamente pela ausência de dispositivos que obriguem as empresas argentinas a realizar o pagamento de benefícios às empresas americanas pelo uso de produtos farmacêuticos (no valor aproximado de US\$ 500 milhões ao ano). A Argentina encontra-se classificada na "*watch priority list*" da seção *Special 301* da lei de comércio norte-americana o que permite a imediata imposição de retaliações contra as exportações argentinas. Preocupado com a repercussão e com os impactos negativos da iniciativa americana sobre as relações bilaterais, o Presidente Menem decidiu acionar o Congresso Nacional para a aprovação até junho de uma nova lei de patentes para a área de medicamentos que satisfaça as exigências americanas, muito embora a indústria farmacêutica argentina, que controla 56% do mercado nacional, rejeite o teor do projeto de lei do executivo (Gazeta Mercantil 05-05-94).

⁶ Na edição do jornal argentino El Clarín de 09.03.94 está reproduzida a seguinte declaração do Ministro Cavallo que corrobora a hipótese aqui apresentada: "Trataremos de que todos los socios del MERCOSUR puedan entrar, eventualmente, en TLC (NAFTA), (pero) si hay tiempos distintos no habría que retrasar el ingreso de los que pueden entrar ya. Este sería el caso de la Argentina."

A iniciativa do governo brasileiro de propor a formação de uma zona de livre comércio na América do Sul sem consulta aos parceiros do Mercosul também produziu manifestações de descontentamento em relação aos benefícios que países de fora da região poderiam auferir com a eventual ampliação das margens de preferência negociadas com o Brasil comprometendo, desta forma, o desempenho das exportações dos países do Mercosul para o mercado brasileiro.

O andamento das negociações, em particular, a discussão em torno da definição da tarifa externa comum foi paralisada em meados de abril com a decisão do governo uruguaio de suspender sua participação no grupo técnico até que o Brasil definisse os critérios de adesão de outros países da América Latina na Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA) proposta pelo Presidente Itamar Franco em outubro do ano passado.

As autoridades uruguaias tinham como objetivo proceder a uma avaliação mais cuidadosa dos custos da "opção Mercosul" em relação ao formato das negociações para a adesão à ALCSA. Os países que eventualmente decidissem participar da ALCSA teriam assegurado acesso preferencial ao mercado brasileiro sem, contudo, ter de se arcar com os custos decorrentes da adesão a uma tarifa externa comum e da harmonização dos instrumentos de política comercial e de promoção industrial exigidos pelo comprometimento com o projeto de integração no Mercosul.

Os impasses gerados pela paralisação das negociações em torno da tarifa externa comum foram superados através de conversações entre os quatro países nas quais se obteve um consenso em torno do encaminhamento do processo de constituição da ALCSA. Ao invés de ser negociada exclusivamente pela Brasil, a criação de uma zona de livre comércio na América do Sul passaria a ser um projeto comum dos países do Mercosul. Ficou decidido que nas futuras negociações envolvendo os parceiros do Mercosul e possíveis membros da área de livre comércio, os quatro parceiros estabelecerão, em bloco, preferências tarifárias iniciais entre 50 e 60%, podendo chegar até a 100% ao final do período de transição de dez anos. As listas de exceção também serão comuns e deverão abranger no máximo 20% da pauta de comércio dos quatro países. Preservou-se, desta maneira, a unidade do projeto Mercosul, uma vez que os países já estarão comerciando mercadorias, a partir de 1995, com uma margem de preferência de 100%.

IV. Harmonização da política comercial

A constituição de uma união aduaneira no Mercosul para 1995 impõe a realização de tarefas de harmonização no conjunto de políticas que afeta mais diretamente a competitividade relativa dos países. O esforço de harmonização deve se concentrar naquelas áreas em que o grau de assimetria entre os instrumentos é mais elevada.

A agenda de harmonização de políticas para o último ano de transição foi apresentada no primeiro relatório de monitoramento do processo de integração. Neste segundo relatório pretende-se avaliar o andamento das negociações em quatro áreas: tarifa externa comum, áreas aduaneiras especiais, regras de origem e regulamentos contra práticas desleais de comércio. Tal eleição não é gratuita, mas reflete a

prioridade conferida pelos negociadores no Cronograma de Las Leñas à harmonização da política comercial em algumas áreas prioritárias para a consolidação da união aduaneira na região.

Tarifa externa comum e regras de origem

Cerca de 85% das posições aduaneiras já estão com a tarifa externa comum definida. Falta ainda negociar as tarifas para os setores de bens de capital, de telecomunicações e de informática. O maior obstáculo à consolidação de um acordo para os três setores é o tratamento diferenciado conferido pela Argentina e pelo Brasil a estes produtos. A gestão da política industrial na Argentina criou incentivos à modernização do parque produtivo através do mecanismo de isenção do imposto para importação destes produtos. As alíquotas modais praticadas no Brasil são de 20% para bens de capital, de 35% para bens de informática (inclusive os bens de capital com controle numérico) e de 40% para os produtos de telecomunicações.

Tabela 3

Produtos têxteis e confecções: comparação entre a tarifa brasileira e a tarifa externa comum

Sistema Harmonizado	Tarifa brasileira			Tarifa Externa Comum		
	Média	Moda	Amplitude	Média	Moda	Amplitude
50 Seda	10.3	15	0-15	11	16	4-16
51 Lã, pelos finos ou grosseiros	6.1	0	0-15	11.3	16	6-16
52 Algodão	12.5	15	0-15	14.6	16	6-16
53 Outras fibras vegetais	7.1	0	0-15	9.6	6	6-16
54 Filamentos sintéticos	18.1	20	0-30	14.8	14	14-16
55 Fibras sintéticas	19.3	20	15-20	15.2	16	14-16
56 Pastas, feltros e falsos tecidos	19.6	20	0-20	16	16	16-16
57 Tapetes e outros revestimentos	20	20	20-20	18	18	18-18
58 Tecidos especiais	20	20	20-20	16	16	16-16
59 Tecidos impregnados	19.5	20	0-20	16	16	16-16
60 Tecidos de malha	20	20	20-20	16	16	16-16
61 Vestuário de malha e acessórios	20	20	20-20	20	20	20-20
62 Vestuário e seus acessórios	20	20	20-20	20	20	20-20
63 Outros artefatos têxteis	20	20	20-20	20	20	20-20

Fonte: DTT. Obs: Tarifa Externa Comum: proposta provisória.

Tabela 4

Produtos cerâmicos: comparação entre a tarifa brasileira e a tarifa externa comum

Sistema Harmonizado	Tarifa Brasileira			Tarifa Externa Comum		
	Média	Moda	Amplitude	Média	Moda	Amplitude
68 Obras de pedra, gesso, cimento	7,7	20	0-20	13,3	14	6-14
69 Produtos cerâmicos	12,8	10	0-20	11,9	10	10-18

Fonte: DTT. Obs: Tarifa Externa Comum: proposta provisória.

Tabela 5

Produtos da indústria gráfica: comparação entre a tarifa brasileira e a tarifa externa comum

Sistema Harmonizado	Tarifa Brasileira			Tarifa Externa Comum		
	Média	Moda	Amplitude	Média	Moda	Amplitude
48 Papel e cartão	10,5	15	0-15	11,9	12	6-12
49 Livros, jornais, revistas, etc.	6	0	0-15	8,4	16	0-16

Fonte: DTT. Obs: Tarifa Externa Comum: proposta provisória.

A proposta conjunta é de que estes bens figurem na lista de exceção à tarifa externa comum, cujas alíquotas só estariam completamente harmonizadas no ano de 2001. Mesmo assim existem divergências em torno da tarifa comum a ser aplicada a partir daquele ano. Menos complexa será a harmonização das alíquotas para os bens de capital, uma vez que a Argentina está disposta a aumentar gradualmente suas alíquotas até o patamar máximo de 14%. O Brasil já sinalizou com a proposta de redução das alíquotas para o nível de 18%. O maior impasse permanece na área de bens de informática e de telecomunicações. Apesar de representarem apenas 2% da pauta tarifária, a Argentina quer que as tarifas oscilem entre 0 e 4% em 2001 enquanto o Brasil deseja que a alíquota comum seja de 20%. As tabelas 3, 4 e 5 comparam as tarifas brasileiras com a proposta de tarifa externa comum para os capítulos do sistema harmonizado (SH) correspondentes aos setores têxtil e de confecções, cerâmico e gráfico.

Nos setores selecionados não se constatam diferenças significativas entre a tarifa brasileira e a proposta de tarifa externa comum para o Mercosul. Para os 17 capítulos analisados, a maior diferença entre a média da tarifa brasileira e a da tarifa externa comum é de 5,6% – verificada nos produtos de pedra, gesso e cimento – o que, de certa forma, indica elevada convergência entre as duas estruturas tarifárias. Mantida esta tendência para os demais capítulos, pode-se afirmar que a tarifa externa comum consolida, no plano regional, a abertura comercial empreendida pelos países ao longo dos últimos anos.

As negociações deverão estar encerradas até o final de julho e a proposta comum será apresentada na reunião entre os presidentes dos 4 países a realizar-se em julho na cidade de Montevidéu. Todavia, a manutenção de uma lista de exceção para os bens de capital e para os produtos da área de informática e de telecomunicações demandará a regulamentação de um regime de origem a fim de evitar que produtos internados nos países que apliquem tarifas mais baixas sejam reexportados para outros países da união aduaneira.⁷

Embora as negociações para implementação do regime de origem do Mercosul venham se desenvolvendo com alguma lentidão, existe um certo consenso entre os países em torno da inviabilidade da adoção do regime de origem aplicado pelos membros da ALADI, dada sua fragilidade e seu baixo grau de operacionalidade. No entanto, é possível constatar a existência de divergências quanto ao índice de nacionalização a ser utilizado na aplicação do regime de origem para o Mercosul. O Uruguai e

o Paraguai propõem um índice de valor agregado nacional bastante baixo – respectivamente de 40% e 30% – quando comparado com a proposta das autoridades brasileiras que defendem a aprovação de um índice de nacionalização de no mínimo 70%, tomando como base o preço final do produto na fábrica. A proposta argentina aproxima-se mais da brasileira: 60%.

Áreas aduaneiras especiais

As discussões em torno dos critérios para a harmonização das regulamentações nacionais sobre áreas aduaneiras especiais têm relevado um elevado grau de conflito entre as partes negociadoras. O Brasil propõe um congelamento do número atual de zonas francas em operação no Mercosul,⁸ enquanto o Uruguai e Paraguai pleiteiam maior grau de liberdade na gestão deste instrumento. Estariam também em discussão alternativas distintas para o funcionamento das zonas francas e das ZPE's no Mercosul relacionadas com a possibilidade ou não de internação de produtos processados nestas zonas e sobre os critérios para aplicação de regras de origem e pagamentos de impostos caso a internação viesse a ser permitida.

A posição brasileira é de que os produtos processados nas ZPE's teriam sua internação no mercado regional proibida em razão de receberem uma série de incentivos específicos à exportação o que tornaria demasiadamente complexa a equalização dos impostos entre as distintas ZPE's. Segundo a proposta brasileira, a Zona Franca de Manaus e da Terra do Fogo seriam classificadas como "zonas de promoção industrial". Para estas áreas poderiam ser escolhidos em comum acordo alguns produtos que teriam livre acesso ao mercado regional. Outros produtos poderiam ser internados desde que fossem respeitados alguns parâmetros para a aplicação do regime de origem e para o recolhimento dos impostos. As demais áreas aduaneiras especiais seriam classificadas como "zonas francas comerciais". Todos os produtos provenientes destas zonas teriam tratamento idêntico ao de mercadorias produzidas em terceiros mercados e, portanto, se submeteriam ao pagamento da tarifa externa comum e dos demais tributos de âmbito nacional.

Regulamentos contra práticas desleais de comércio

Conforme acordo já firmado entre os parceiros do Mercosul, a gestão dos instrumentos de defesa contra práticas desleais de comércio ficará a cargo de um organismo comunitário dotado de recursos humanos, técnicos e orçamentários suficientes para proceder a uma gestão eficaz dos referidos mecanismos. Para que este órgão possa ser formado, será necessário implementar um esquema temporário mediante a atuação de um comitê técnico em nível comunitário e das repartições em cada um dos países responsáveis pela gestão dos códigos anti-*dumping*, de subsídios e direitos compensatórios. Este comitê seria composto por um número reduzido de membros escolhidos por cada um dos países, e teria a responsabilidade de adotar a decisão final sobre a aplicação das medidas. Todos os pedidos de abertura de investigações deveriam ser comunicados ao comitê técnico.

⁷ Embora a teoria clássica da integração questione a funcionalidade da operação de regime de origem no âmbito de uma união aduaneira, a existência de listas de exceção à tarifa externa comum e a operação de áreas aduaneiras especiais impõem, no caso do MERCOSUL, a definição de mecanismos para controle de importações triangulares.

⁸ Isto significaria o reconhecimento de apenas duas zonas francas: a de Manaus e a da Terra do Fogo na Argentina.

Permanecem dúvidas em torno dos procedimentos e do *timing* para a elaboração de uma regulamentação regional dos códigos anti-*dumping* e de subsídios e direitos compensatórios. Não só é importante que esta regulamentação esteja concluída até o final do período de transição e esteja de acordo com as novas regras definidas no âmbito do GATT 1994, mas também que as normas comuns agreguem uma interpretação comunitária para aplicação dos códigos anti-*dumping* e de subsídios e direitos compensatórios.

Cabe salientar que, a exemplo do que ocorreu entre os países da União Européia, a instituição de uma regulamentação contra práticas desleais de comércio deverá ter sua aplicação restrita às importações extrazona. Concluída a fase de transição, a aplicação de mecanismos para coibir práticas desleais no mercado intra-regional dependerá da definição de um regime comum de defesa da concorrência e do consumidor. Caso não seja factível criar uma legislação comunitária nesta área, será necessário que os países reconheçam mutuamente as respectivas legislações nacionais e não criem empecilhos jurídicos caso elas sejam acionadas para coibir práticas desleais de concorrência de produtores de outros países da região.

V. O Plano de Estabilização Brasileiro: impactos sobre a integração

No dia 1º de julho começa a 3ª etapa do plano de estabilização brasileiro com o lançamento do real que substituirá o cruzeiro real e o indexador de preços e salários – a URV. A nova unidade monetária equivalerá a 1 dólar e esta taxa de câmbio será mantida por tempo indeterminado. O Banco Central deverá obedecer a regras estritas para a emissão do real que terá como lastro uma fração das reservas internacionais – entre US\$ 9 bilhões e 10 bilhões. A nova moeda, entretanto, não terá livre-conversibilidade.

Quadro 1

Cenários para o Plano Brasileiro de Estabilização

Cenário 1	Cenário 2
Nível de inflação residual baixo: 1% a 3% ao mês ====> valorização cambial, compensada pela adoção de mecanismos de incentivo às exportações, não compromete desempenho exportador;	Nível de inflação residual elevado: 4% a 7% ao mês ====> valorização cambial rápida, crescimento das importações e desempenho exportador comprometido: mecanismos de incentivo à exportação insuficientes para compensar a sobrevalorização do real ;
Manutenção dos níveis atuais de consumo ;	Ilusão monetária e efeito-renda produzem "bolha de consumo";
Disponibilidade de estoques reguladores para produtos que apresentem escassez temporária devido a entressafra;	Falta de estoques reguladores para produtos que apresentem escassez temporária devido a entressafra: impactos dos preços dos bens não-duráveis sobre a inflação;
Incertezas do processo eleitoral geram fuga de capitais pouco significativa ====> redução do nível das reservas internacionais insuficiente para viabilizar movimentos especulativos contra o real;	Fuga maciça de capitais e déficit (ou redução do superávit) da balança comercial ====> redução das reservas internacionais e movimentos especulativos contra o real, agravados pelo quadro de instabilidade política gerada pelas incertezas do processo eleitoral.

O quadro 1 apresenta possíveis cenários de evolução do plano de estabilização para os próximos seis meses até a posse do novo presidente da república. A possível vigência de um dos dois cenários produzirá impactos diferenciados sobre o processo de integração no curto e no longo prazos.

O cenário 1 descreve o conjunto de eventos que de alguma forma propiciariam o êxito de plano de estabilização. Prevalecendo o cenário 1, estariam, em princípio, consolidadas, no plano macroeconômico, as condições para uma retomada do crescimento econômico sustentável no longo prazo. Neste caso, o Brasil passaria a exercer de fato seu poder de compra como economia de grande porte no âmbito regional. As importações provenientes dos países do Mercosul tenderiam a crescer gradualmente, e a estabilização macroeconômica viabilizaria o estabelecimento de mecanismos para coordenação da política cambial entre os países membros como, por exemplo, a fixação de compromissos quanto à variação das taxas reais de câmbio dentro de determinada faixa preestabelecida. As correntes de comércio tenderiam a ficar mais equilibradas como resultado da redução do grau de valorização da cesta de moedas dos países do Mercosul frente ao real. O comportamento das variáveis macroeconômicas deixaria de afetar a competitividade relativa dos países e ganhariam maior consistência as discussões entre os países em torno da criação e gestão dos instrumentos de promoção e de reestruturação industrial.

O cenário 2 tende a produzir impactos mais significativos de curto-prazo sobre o processo de integração. Todavia, o fracasso do plano de estabilização descrito neste cenário aumentará as incertezas quanto à possibilidade de êxito do projeto Mercosul. Rápida sobrevalorização do real, crescimento acelerado do consumo e desabastecimento interno de produtos de primeira necessidade provocarão uma ampliação significativa das importações brasileiras. Neste caso, os parceiros do Mercosul poderão suprir grande parte das necessidades de alimentos (como trigo, carne, laticínios e arroz) e de alguns produtos industrializados demandados pelo mercado nacional. O atual superávit comercial do Brasil com os países do Mercosul tenderia a diminuir ou a desaparecer. Contudo, o reequilíbrio nos fluxos de comércio intra-regional bem como o aumento da flexibilidade na gestão das contas externas da Argentina, Paraguai e Uruguai resultante da expansão das exportações para o Brasil não seria sustentável por muito tempo. O aumento da fragilidade das contas de balanço de pagamentos gerado pela sobrevalorização cambial e pela fuga de capitais obrigaria o próximo governo a promover uma maxidesvalorização cambial revertendo o quadro de reequilíbrio dos fluxos comerciais intra-Mercosul. Neste caso, o fracasso do plano brasileiro de estabilização tenderia a criar sérios obstáculos ao aprofundamento da integração regional no longo prazo.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1
Brasil - Principais produtos de exportação para a Argentina

Mercadorias	Em US\$ mil		
	Jan-Mar 1994 (1)	Jan-Mar 1993 (2)	(1)/(2) Em %
Autopeças	25.491,4	21.851,6	16,7
Ferro e aço	21.019,3	–	–
Açúcar cristal	13.138,1	–	–
Açúcar refinado	17.118,9	0,6	–
Automóveis pot. > 100 hp	16.008,8	28.322,7	- 43,5
Automóveis pot. < 100 hp	13.964,3	36.953,3	34,3
Caixas de marcha	13.630,1	10.397,2	31,1
Caminhão c/motor comb.	12.842,4	2.676,9	379,7
Motores a diesel	12.786,7	9.624,9	32,9
Café ã torrado em grão	11.987,4	6.577,5	82,2
Caminhões	11.689,9	14.599,9	- 19,9
Colhedei ras combinadas	8.539,6	2.158,0	295,7
Óleos combustíveis	8.090,9	–	–
Chassis p/ônibus c/motor	8.023,5	6.901,5	16,4
Carne de frango cortada	7.626,9	5.311,4	43,6
Polietileno dens < 0,94	7.170,0	5.542,3	29,4
Gasolina automotiva B	7.004,4	–	–
Reboques e semi-reboque	6.875,1	8.512,4	- 19,2
Carroc. e cabines p/ônib.	6.802,3	1.976,9	244,1
Motocompressor p/refrig.	6.484,3	7.313,2	- 11,3
Automóveis	6.273,1	–	–
Polietileno dens > 0,94	6.183,5	5.561,0	11,2
Partes de freios	5.938,4	5.368,6	10,6
Minério de ferro itabirito	5.782,6	3.406,1	69,8
Carne de frango congel.	5.762,3	6.213,5	- 7,3
Pneus novos para ônibus	5.636,6	4.916,3	14,7
Niveladores	5.546,5	2.535,3	118,8
Motores cil >1.000 cm3	5.429,1	18,3	–
Minério de ferro hematita	5.394,3	8.416,4	- 35,9
Outros tratores rodoviários	5.303,5	9.218,9	- 42,5
Manteiga de cacau	4.968,0	2.756,5	80,2
Óxidos de alumínio	4.941,9	127,9	3764
Autom.c/motor altern.fais.	4.909,5	15.461,0	- 68,2
Tubo catódico para tv	4.859,6	4.107,1	18,3
Total da Amostra	472.162,5	359.327,8	31,4
Outros produtos	419.249,0	444.550,3	-5,7
Total Geral	891.411,5	803.878,1	10,9

Tabela 2
Brasil - Principais Produtos de Exportação para o Paraguai

Mercadorias	Em US\$ mil		
	Jan-Mar 1994 (1)	Jan-Mar 1993 (2)	(1)/(2) Em %
Cigarros de fumo	18.103,6	14.855,7	21,8
Pneus novos p/ônibus	15.424,1	11.071,8	39,3
Óleos combustíveis	7.816,1	652,5	1149,6
Cerveja de malte em lata	7.242,9	7.556,8	-4,2
Detergente	3.355,3	2.871,9	16,8
Colhedeiras combinadas	3.155,6	1.276,8	147,1
Tecido fios col. 85% algod	3.072,7	4.056,9	-24,3
Refriger. uso domest.	2.727,6	3.314,3	-17,7
Caminhão c/motor comb.	2.705,2	461,5	486,2
Bat.eletr.de biox. mangan.	2.500,2	5.932,1	-57,9
Autom. pot. > 150 hp	2.076,6	1.532,2	35,5
Camisetas de malha	1.907,9	1.804,0	5,8
Chassis p/ônib. c/motor	1.907,6	1.303,2	46,4
pneus novos p/automóv.	1.834,2	1.341,9	36,7
tratores agr. de 4 rodas	1.825,3	789,4	131,2
camioneta ou furgão	1.747,9	664,5	163,0
caminhões	1.693,7	69,4	2340,5
câmaras de ar	1.517,9	1.085,8	39,8
Roupas de cama estamp.	1.481,7	5.040,7	-70,6
Carrocerias e cab. p/ônib.	1.473,8	1.359,8	8,4
Ônibus com motor	1.436,2	1.361,1	5,5
Fogões de cozinha	1.427,3	2.265,3	37,0
Papeis cartões	1.417,6	1.957,5	-27,6
Pneus novos p/out.autom.	1.314,0	1.041,1	26,2
Azulejo e ladrilho decor.	1310,3	2.751,5	-52,4
Goma de marcar s/ cacau	1.272,6	2.310,2	-44,9
Sandálias de borracha	1.255,9	3.643,4	-65,5
Freezers horizontais	1.203,3	2.281,1	-47,2
Vinhos de mesa	1.174,9	1.017,2	15,5
Maq. p/ind.de cerveja	1.146,1	2.741,1	-58,2
Tomates em conserva	1.105,9	1.868,8	-40,8
Roupa cama est.de algod.	1.093,6	3.319,2	-67,1
Polietileno dens. > 0,94	1.071,5	1.329,1	-19,4
Refrig. congelad.combin	1.043,8	1.075,0	-2,9
Total da Amostra	116.883,2	124.449,2	-6,1
Outros produtos	100.988,1	127.943,2	-21,1
Total Geral	217.871,3	252.392,4	-13,7

Tabela 3
Brasil - Principais Produtos de Exportação para o Uruguai

Mercadorias	Em US\$ mil		
	Jan-Mar 1994 (1)	Jan-Mar 1993 (2)	(1)/(2) Em%
Óleos combustíveis	9.918,5	-	-
Ônibus como motor	4.767,6	27.920,1	-82,9
Automóveis pot.< 100 hp	3.380,2	2.821,6	19,8
Mate beneficiado	3.199,7	3.939,4	-18,8
Automóveis pot < 150 hp	3.065,2	2.750,7	11,4
Caminhões	2.627,0	4.003,3	-34,4
Polietileno dens. < 0,94	2.539,1	3.381,9	-24,9
Autom. pot. > 150 hp	2.492,5	2.653,4	-6,1
Querosene, exc.aviação	2470,0	-	-
Chassis p/ônibus c/motor	2.287,2	1.613,6	41,7
Mate cancheado	2.134,7	3.348,7	-36,3
Colhedeiras combinadas	2.129,7	1.789,6	19,0
Óleos combustíveis	2.075,7	-	-
Gasolina automotiva B	2.020,5	-	-
Bananas frescas	1.862,8	2.889,6	-35,5
Central comut.autom. tel.	1.682,8	-	-
Carroc.e cabinas p/ônibus	1656,0	676,5	144,8
Caminhão c/motor comb.	1.527,4	194,7	684,5
Lã de tosquia ã cardada	1.461,2	1510,9	-3,3
Cigarros de fumo	1430,0	518,5	175,8
Carnes de suino congel.	1.420,2	1.127,9	25,9
PVC	1.338,3	336,1	298,2
Partes e acess. p/auto	1.336,2	2.970,2	-54,0
Betumes de petróleo	1.217,2	-	-
Barras de ferro e aço	1203,1	173,3	594,2
Quadros p/distr, en, eletr.	1.194,2	421,5	183,3
Polietileno dens. > 0,94	1.158,4	1.376,4	-15,8
Tratores agr. de 4 rodas	893,2	1.718,5	-48,0
Camioneta ou furgão	861,9	3.382,5	-74,5
Tereftalato de polietileno	744,6	560,5	32,8
Móveis de madeira	735,5	618,9	18,8
Lamin.plan.de ferro e aço	727,6	795,2	-8,5
Out. papéis cartões	700,4	914,5	-23,4
Total da Amostra	68.359,0	74.408,1	-8,1
Outros produtos	86.482,6	110.582,8	-21,8
Total Geral	154.841,6	184.990,9	-16,3

FUNCEX



**fundação
centro de estudos
do comércio
exterior**

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

www.funccx.com.br

Endereço/Adress

**Av. Rio Branco, 120, Grupo 707, Centro
20.040-001 Rio de Janeiro RJ - Brasil**

Telefones/Calls

(55.21) 2509-2662, 2509-4423

Fax

(55.21) 2221-1656

E-mail

funccx@funccx.com.br